

bibliografia comentaada

Bibliografia comentada sobre Educação do Campo

Mônica Castagna Molina
Helana Célia de Abreu Freitas

165

ALVES, Gilberto Luiz. Discursos sobre educação no campo: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro. In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). *Educação no campo: recortes no tempo e no espaço*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. Cap. 4, p. 89-158.

Um painel comparativo dos discursos sobre educação para o campo, em Mato Grosso do Sul, foi construído para revelar as propostas correspondentes, suas justificativas, suas singularidades históricas e seus condicionamentos regionais e políticos. As fontes de dados foram: a) memórias de pecuaristas do Pantanal de Nhecolândia, as mais significativas já transformadas em livros; b) dados secundários retirados de dissertações de mestrado referentes ao objeto; c) documentos oficiais da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul, do Conselho Estadual de Educação, do Conselho Nacional de Educação e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pertinentes à educação no campo; d) entrevistas com dirigentes e educadores que atuam no âmbito da educação rural nos municípios de Aquidauana, Miranda e Corumbá. O capítulo observa três cortes temporais. No “Primeiro tempo”, discute-se a educação do pequeno proprietário rural na segunda metade do século 19. No “Segundo tempo”, aborda-se a educação do grande proprietário de terras, na primeira metade do século 20, circunscrita às regiões de Livramento (MT) e Nhecolândia, um distrito corumbaense cuja economia está fundada na pecuária. No “Nosso tempo”, são analisadas três concepções de educação do campo: inicialmente, a preconizada pelo MST, em seguida, a da

Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul, e, por fim, as políticas municipais de educação rural.

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira et al. (Org.). *A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004.

A primeira avaliação externa do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi realizada pela Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, que coordenou o trabalho de 24 pesquisadores em nove Estados brasileiros – Pará, Rondônia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Foram preenchidos 842 questionários e realizadas dezenas de entrevistas com os(as) trabalhadores(as) rurais. O estudo levanta uma série de questões que podem contribuir para a qualificação e a eficácia das políticas públicas voltadas para o campo e fomentar a articulação com os movimentos sociais. Ele evidencia também a demanda social pelo Pronera, que é considerado por 80% dos alunos como adequado a sua realidade e por mais de 80% dos educadores em formação como contribuinte para o seu desenvolvimento como cidadãos e trabalhadores. Há, ainda, uma série de dados sobre como a precariedade em que ocorrem alguns cursos e a falta de políticas públicas de saúde e transporte influenciam negativamente o desenvolvimento dos educandos. Os índices de evasão estão frequentemente ligados a demandas de trabalho, alta incidência de deficiência visual, falta de infraestrutura adequada e dificuldade de acesso.

166

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap. 2.

A dimensão educativa dos movimentos sociais do campo tem origem na inquietação gerada pela falta de um projeto de educação em que haja valorização dos diversos sujeitos que compõem a identidade “do campo”. Uma proposta de Educação Básica do Campo deve considerar uma nova concepção de escola em que haja a reinvenção de tempos e espaços escolares.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

Os movimentos sociais do campo colocaram na agenda política dos governos, da sociedade e dos cursos de formação dois pontos básicos: o reconhecimento do direito dos diversos povos do campo à educação e a urgência de o Estado assumir

políticas públicas que garantam esse direito. Como reação a essa realidade, os movimentos sociais vêm acumulando experiências de cursos de formação, em convênio com escolas normais e cursos de pedagogia, para formar educadoras e educadores capacitados a atuarem na especificidade social e cultural dos povos que vivem no campo. O autor conclui que as experiências de formação de educadoras e educadores do campo realizadas nos cursos de magistério e de Pedagogia da Terra, na graduação e na pós-graduação, no conjunto de encontros, oficinas, estudos e reflexões sobre a prática educativa dos movimentos fornecem indagações instigantes que merecem ser consideradas na formulação das políticas públicas.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por uma educação do campo, n. 2).

A primeira parte traz a palestra “Educação básica e movimentos sociais do campo”, proferida por Miguel Arroyo na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, e, em seguida, as questões levantadas pelos participantes com as respostas dadas pelo conferencista. A segunda parte contém o texto intitulado “Por uma Educação Básica do Campo”, de Bernardo Mançano Fernandes, que discute as dificuldades e a importância da agricultura familiar para um desenvolvimento rural sustentável. No anexo, encontra-se o documento síntese do Seminário da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, realizado em 1999, em São Paulo.

167

ARRUDA, Élcia Esnarriaga; BRITO, Sílvia Helena Andrade de. Análise de uma proposta de escola específica para o campo. In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). *Educação no campo: recortes no tempo e no espaço*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. Cap. 2, p. 23-62.

O discurso sobre a especificidade do rural presente no movimento da educação do campo é analisado a partir de documentos organizados pela Articulação Nacional pela Educação do Campo e de outros produzidos, especificamente, pelos gestores públicos – por exemplo, o Parecer nº 36/2001 CNE/CEB, sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Na visão das autoras, o discurso da especificidade serve para escamotear as semelhanças que identificam os trabalhadores enquanto classe, dissuadindo-os da necessidade de empreender uma luta conjunta contra o capital. Apoiadas em dados de diferentes fontes (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, de 2001, e informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, de 2004), as autoras afirmam que a dicotomia campo *versus* cidade foi superada, o que não significa dizer que o campo enquanto localidade está em extinção, e concluem que a investigação da especificidade do campo e, conseqüentemente, uma escola diferente para o campo exige a apreensão da totalidade que, no caso, corresponde à forma da sociedade dominante em nosso tempo: a sociedade capitalista.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. (Coleção: Por uma educação básica do campo, n. 3). Disponível em: <<http://forumeja.org.br/ec/files/Vol%203%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

César Benjamin propõe “Um projeto popular para o Brasil” e analisa as mudanças que devem ser feitas na política dominante para torná-lo possível. Roseli Caldart trata da “Escola do campo em movimento”, situando a experiência concreta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no contexto de luta por um projeto popular de Brasil e, nele, o do campo. No Anexo 1, encontra-se a “Carta dos Sem Terrinha ao MST”, elaborada no 3º Encontro Estadual dos Sem Terrinha do Rio Grande do Sul, em 1999, e, no Anexo 2, o “Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro”, produzido no 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, em 1997.

BEZERRA NETO, Luiz. A educação rural no contexto das lutas do MST. In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). *Educação no campo: recortes no tempo e no espaço*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. Cap. 1, p. 1-21.

168 A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não é recente, assim como não é recente a luta por uma educação pública, gratuita e de boa qualidade. Por um lado, o autor reconhece as conquistas no campo educativo trazidas pelo MST, que coloca no mesmo patamar a necessidade de se fazer a reforma agrária e de se investir em educação. Por outro lado, considera que o MST acaba assumindo posturas conservadoras, no que se refere à educação, ao atribuir a ela uma função redentora dos males vividos pela sociedade atual. A busca do MST por uma educação focada no homem do campo é criticada como um retorno ao “ruralismo pedagógico”.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, p. 32, 9 abr. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais, entre elas: o reconhecimento e a valorização da diversidade dos povos do campo; a formação diferenciada de professores; a possibilidade de diferentes formas de organização da escola; a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais; o uso de práticas pedagógicas contextualizadas; a gestão democrática; a consideração dos tempos

pedagógicos diferenciados; e a promoção, por meio da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. *Referências para uma política nacional de educação do campo*. 2. ed. Brasília, 2005.

Apresenta um conjunto de informações e de reflexões que visam subsidiar a formulação de políticas de educação do campo em âmbito nacional respaldadas em diagnóstico do setor educacional, nos interesses e anseios dos sujeitos que vivem no campo e nas demandas dos movimentos sociais. Pretende-se, por meio deste documento, ampliar as discussões sobre a educação do campo com os diversos Ministérios, diferentes órgãos públicos, movimentos sociais e organizações não governamentais, com vistas à formulação e implementação de políticas de educação e de desenvolvimento sustentável do campo. Na parte 1, apresenta-se o diagnóstico da escolarização do campo no Brasil, com informações sobre situação socioeconômica da população que reside no meio rural, acesso, qualidade da educação, perfil da rede de ensino, condições de funcionamento das escolas e situação dos professores do meio rural. Na parte 2, há reflexões e elementos para a elaboração de uma política de educação articulados a um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, além de propostas políticas de atuação e uma agenda mínima visando à implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

169

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Org.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-42.

A educação rural no Brasil é analisada desde o século 19, tendo como aspectos centrais a trajetória da escola pública nesse meio. O texto retrata a produção de projetos e programas especiais integrados no meio rural com propostas educacionais explícitas. Registra as ações “educativas e culturais” (programas e projetos), com indicações de suas particularidades e de seus desdobramentos, e foi elaborado com base em informações armazenadas nos relatórios do “Estudo Retrospectivo da Educação Rural no Brasil: 1975-1983”, coordenado pela autora.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap. 3.

A autora faz uma reflexão do papel da escola como movimento pedagógico na formação dos sujeitos de forma coletiva. Atribui ao Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST) um novo jeito de se fazer a pedagogia, com luta por terra, trabalho, produção, relações de alternância escola/comunidade e a escola como possível agente na formação de consciência de um movimento de transformação da realidade do sujeito do campo.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap. 5.

A identidade que vem sendo construída pelos sujeitos que se juntam em favor de uma educação do campo caracteriza-se pelos seguintes aspectos: 1) luta por políticas públicas que garantam o direito a uma educação que seja no e do campo; 2) os sujeitos do campo querem aprender a pensar sobre a educação que lhes interessa enquanto seres humanos provenientes de diferentes culturas, constituintes de uma classe trabalhadora do campo, sujeitos de transformações necessárias, cidadãos do mundo; 3) a educação do campo se faz vinculada às lutas sociais do campo, uma realidade de injustiça, desigualdade e opressão que exige transformações urgentes; 4) a educação do campo se faz no diálogo entre seus diferentes sujeitos: pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias etc.; 5) a expressão "educação do campo" identifica, também, uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas educativas desenvolvidas no campo e/ou pelos sujeitos do campo; 6) nas escolas do campo deve-se estudar para se viver no campo; nessas escolas, crianças e jovens devem preparar-se para, coletivamente, enfrentarem os problemas que existem no campo; 7) valorização da tarefa específica das educadoras e educadores, conceituados como aqueles cujo trabalho principal é o de fazer e pensar a formação humana na escola, na família, na comunidade ou no movimento social. Palestra apresentada no Seminário Nacional por uma Educação do Campo, realizado em Brasília, em 2002.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

O livro é produto de uma pesquisa de doutorado que busca compreender a experiência de formação dos sujeitos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e apresenta os sem-terra, seu movimento, sua pedagogia e a sua experiência de educação e de escola. O sujeito educador principal é o MST, que educa os sem-terra *enraizando-os* em uma coletividade forte e pondo-os *em movimento* na luta pela própria humanidade. A autora descreve o processo que constitui a

Pedagogia do Movimento e como a escola acaba sendo ocupada pela intencionalidade pedagógica do MST.

CAMINI, Isabela. *Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

O livro, resultado da tese de doutorado da autora, focaliza as atividades pedagógicas desenvolvidas pela Escola Itinerante dos Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O objetivo geral foi apreender os principais aspectos/elementos que podem ser tomados como evidência de que a prática da escola itinerante dos acampamentos é uma proposta capaz de transformar a escola capitalista e se aproximar da escola socialista. Por isso, as categorias “atualidade” e “auto-organização dos educandos”, que fundamentam a escola socialista, apresentam um papel central no estudo, que envolveu a coleta de dados e a devida reflexão sobre o contexto histórico dos últimos 12 anos, período em que se concretizaram as atividades pedagógicas das escolas itinerantes nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. *Educação popular do campo e desenvolvimento territorial rural na Amazônia: uma leitura a partir da Pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragem*. 2007. 375 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2007.

171

O estudo aborda a pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) da Regional Norte (MAB-norte), no município de Tucuruí, no Estado do Pará, que desenvolve a alfabetização de pessoas jovens e adultas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). O objetivo foi identificar e analisar as noções de educação e desenvolvimento do campo na Amazônia expressas por essa pedagogia. Ao situar o entendimento do MAB e da sua práxis político-pedagógica no terreno dos conflitos e das contradições, identifica uma territorialidade do campo na região Amazônica não somente dominada pela lógica insustentável, mas também uma outra protagonizada pelos movimentos sociais do campo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap. 4.

O autor afirma a luta pela terra como resistência, com forte relação com a educação básica do campo, pois um dos seus objetivos é superar a dominação e construir o conhecimento do sujeito do campo a partir de sua realidade. A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo é uma conquista de fundamental importância para essa construção.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

Comunicação apresentada na mesa redonda "O campo da educação do campo", durante o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, de 19 a 21 de setembro de 2005, em Brasília. É analisado o conceito de educação do campo e aprofundada a discussão a respeito dos conceitos de espaço e território para se compreender a educação e o campo como territórios materiais e imateriais. A pesquisa em educação do campo ou em educação rural parte de dois referenciais teóricos: o paradigma da questão agrária (PQA) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA), que se diferenciam quanto à perspectiva de superação do capitalismo. Nesse sentido, a educação do campo está contida nos princípios do PQA e a educação rural nos do PCA.

FERNANDES, Bernardo Maçano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. Primeira Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo". In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap. 1.

Apresenta a educação no campo, e não do campo, como proposta de denúncia da realidade de escolas rurais, em um modelo de dominação do urbano, de marginalização do agricultor e de submissão do campo à cidade. A seguir, propõe o compromisso de construção de uma educação básica do campo, com caráter de intervenção social e valorização cultural em constante debate político.

FOERSTE, Erineu; SCHUTZ-FOERSTE, Gerda Margit; DUARTE, Laura Maria Schneider (Org.). *Projeto político-pedagógico da educação do campo: 1º Encontro do Pronera da Região Sudeste*. Vitória, ES: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2008. (Coleção Por uma educação do campo, n. 6).

Contém os textos apresentados no I Encontro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária na Região Sudeste, realizado em 2004, seguindo a mesma sequência das exposições durante o evento. A primeira parte é composta pela avaliação das pesquisas: "Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil" e "Pesquisa de avaliação externa do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária". A segunda parte apresenta dois textos sobre a construção do projeto político-pedagógico da educação do campo. A terceira parte é formada por três textos que discutem o campo da educação do campo, tendo como foco a disputa de projetos de desenvolvimento para o meio rural. A quarta parte reúne a socialização e a discussão das experiências apresentadas no Encontro.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY [Irmão]; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999. (Coleção Por uma educação do campo, n. 1).

Apresenta as principais reflexões desenvolvidas durante a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO), em 1998, que teve como entidades promotoras a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Universidade de Brasília (UnB). O primeiro capítulo traz um breve histórico da preparação da Conferência; o segundo, o texto-base debatido; e o terceiro, as conclusões.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação básica do Campo, 2002. (Coleção: Por uma educação do campo, n. 4). Disponível em: <<http://forumaja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

A primeira parte é constituída pela declaração resultante do Seminário Nacional por uma Educação do Campo, realizado em 2002, na Universidade de Brasília, pelo texto "Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção", de Roseli Caldart, e pelos "13 desafios para os educadores e as educadoras do campo", de Mônica Castagna Molina. A segunda parte é composta por quatro textos importantes na perspectiva da luta por políticas públicas: as "Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 01/2002"; as "Diretrizes de uma caminhada", de Bernardo Mançano Fernandes, que comenta os documentos do CNE/CEB; as "Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas, Resolução CNE/CEB nº 3/1999"; e as "Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo: uma leitura comparativa a partir da temática da educação escolar indígena", de Rosa Helena Dias da Silva. Há, ainda, três anexos: o programa do Seminário Nacional; o texto "Educação do Campo e Educação Indígena: duas lutas irmãs", do Conselho Indigenista Missionário; e o decálogo "Ser educador do povo do campo", de Roseli Salete Caldart, preparado para auxiliar na reflexão dos encontros estaduais realizados ao longo de 2002.

LUNAS, Alessandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes. Histórico e luta do MSTTR pela construção de políticas públicas de educação do campo. In: LUNAS, Alessandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes (Orgs.). *Práticas pedagógicas e formação de educadores do campo: caderno pedagógico de educação do campo*. Brasília, DF: Dupligráfica, 2009.

Analisa a contribuição do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) para a educação popular, não formal, voltada para a formação dos seus quadros políticos e lideranças de base. O amadurecimento político-pedagógico resultante dos processos formativos do MSTTR tem favorecido a definição da concepção, princípios, conteúdos e metodologias que fundamentam a bandeira de luta por uma política de educação do campo num processo contínuo de formação e qualificação de trabalhadores e trabalhadoras rurais, dirigentes, líderes e técnicos(as), tendo em vista a atuação política na luta em prol de políticas públicas.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma educação do campo, n. 5).

Os quatro textos que compõem esta coletânea têm por objetivo socializar as análises sobre as referências teóricas que estão sendo construídas por diferentes sujeitos, ao analisar o próprio campo e o projeto político e pedagógico de educação do campo. O primeiro, "Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo", de Roseli Caldart, destaca a identidade dessa educação a partir de seus sujeitos, da cultura, do trabalho, das lutas sociais e dos modos de vida dos camponeses. O segundo, "O campo da educação do campo", de Mônica Molina e Bernardo Mançano Fernandes, busca ampliar a compreensão do campo e as múltiplas faces do desenvolvimento capitalista, explicitando a existência de diferentes paradigmas de desenvolvimento em confronto nesse território. O terceiro, "Por um tratamento público da educação do campo", de Miguel Arroyo, discute o avanço da trajetória dos movimentos sociais do campo na consciência por uma educação como direito público, que se contrapõe a uma educação rural, que reproduz o uso privado do que é público e atrela a educação ao mercado. O quarto, "Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo", de Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus, discute a necessidade de se construir novas relações entre os sujeitos da educação e os seus conhecimentos e saberes e, também, novos pactos entre Estado, escola e sociedade.

MOURA, Glória. Aprendizado nas comunidades: currículo invisível. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUSA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães (Org.). *Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. (Coleção Educação para todos, n. 9).

Analisa a contribuição das festas dos quilombolas contemporâneos como fator formador e (re)criador de identidade, pois elas propiciam um saber que vai sendo transmitido e assimilado. Dada a importância do sentido didático da realização das

festas, a escola deve respeitar as matrizes culturais a partir das quais a identidade dos alunos se constrói com tudo aquilo que possa resgatar suas origens e sua história.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. *Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: ensino médio e educação profissional*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2004.

Análise sócio-histórica do surgimento e desenvolvimento das Escolas Famílias Agrícolas de Ensino Médio e Educação Profissional (EFAs de EM e EP), que surgiram no Brasil no final da década de 1960, no Estado do Espírito Santo, trabalhando com a escolaridade em nível fundamental. Desde o seu surgimento até o ano de 2001, as EFAs de EM e EP haviam formado 88 turmas, num total de 1.977 técnicos em agropecuária. Para situar a implantação da Pedagogia da Alternância no Brasil, por meio do nascimento dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), apresenta-se uma contextualização da relação entre agricultura familiar, educação e o movimento de articulação por uma educação do campo. Conclui que as EFAs de EM e EP são escolas vivas em construção, que inauguram no Brasil a formação dos jovens agricultores familiares em alternância, de maneira integrada e unitária, contando com uma crescente participação e responsabilidade dos agricultores familiares e contribuindo para o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar. Assim participam da construção da educação do campo e fazem parte de um conjunto maior de movimentos e organizações que, historicamente, têm lutado contra a concentração da terra, do poder e do saber no Brasil e em prol da reforma agrária, da democracia e da cidadania.

175

SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). *Educação do campo: campo, políticas públicas, educação*. Brasília/DF: Incra, MDA, 2008. (Coleção Por uma educação do campo, n. 7). Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/nead/nead-especial/download_orig_file?pageflip_id=5813558

Apresenta as reflexões e os debates ocorridos durante o III Seminário Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), realizado em 2007. No primeiro capítulo, César José de Oliveira e Clarice Aparecida dos Santos discutem a relação entre a educação do campo e a perspectiva de construção de um novo modelo de desenvolvimento na reforma agrária. Mônica Castagna Molina e Clarice Seixas Duarte, autoras do segundo e do terceiro capítulos, respectivamente, focalizam a discussão da constitucionalidade do direito à educação dos povos do campo. No quarto capítulo, Bernardo Mançano Fernandes debate a relação entre a educação do campo e o território camponês. Roseli Salete Caldart aborda, no quinto capítulo, os desafios da trajetória da educação do campo. Fernando Michelotti, no sexto, analisa os desafios atuais da educação do campo a partir da tríade: produção, cidadania e pesquisa. Por fim, são apresentados o “balanço político e as linhas de ação do Pronera rumo aos 10 anos”.

SILVA, Gisele Rose da. O Movimento dos Atingidos por Barragens e a educação de jovens e adultos. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PUC-RIO (Seeja), [online], 2010. Disponível em: <http://www.seeja.com.br/Trabalhos/6%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Campo/Gisele%20Rose%20Silva_OMovimentodosAtingidosporBarragenseaEJA.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2011.

Mostra o trabalho desenvolvido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, que possui como uma de suas bandeiras de luta a alfabetização de seus militantes, resgatando as experiências de cada sujeito. A educação de jovens e adultos é abordada como um desdobramento da educação popular, que pode ser aplicada em várias circunstâncias e, no caso deste trabalho, o foco é um movimento social.

SILVA, Lourdes Helena da. *As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?* Viçosa: UFV, 2003.

Livro resultante da tese de doutorado que analisou a problemática das relações construídas entre o meio escolar e o meio familiar no universo das experiências brasileiras de formação em alternância. Ao apresentarem uma nova dinâmica de formação, essas experiências também propuseram uma transformação substancial das relações entre os atores do meio escolar e do meio familiar. Buscou-se compreender a natureza da relação educativa escola-família que vem sendo implementada no interior das experiências de alternância em nossa sociedade. Ao final, aponta alguns dos desafios existentes na construção de verdadeiras relações de parceria. O estudo, de cunho qualitativo, envolveu um caso representativo de cada uma das vertentes das experiências educativas de formação em alternância no Brasil: as Escolas Família Agrícola (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs), cujas origens se encontram vinculadas ao Movimento das Maisons Familiares Rurales, da França.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

Na última década, além de estar inserida na agenda política das instâncias municipal, estadual e federal, a educação do campo passou a expressar uma nova concepção de campo, camponês ou trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. O texto apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como foco a análise do conteúdo das teses e das dissertações que discutiram educação e/no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Apresenta os resultados da pesquisa “Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas empreendidas nos assentamentos organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”, desenvolvida de março de 2002 a fevereiro de 2005, com características qualitativas tanto no processo de coleta e análise dos dados quanto na problematização da temática. Os objetivos foram: a identificação das características de uma proposta alternativa de educação do campo; a descrição e a análise dos materiais pedagógicos produzidos pelo MST, desde a década de 1980; a identificação dos convênios estabelecidos entre o movimento social e as universidades, especificamente no que se refere à formação de educadores para os assentamentos; por fim, a investigação das características da prática pedagógica nas escolas de assentamentos da reforma agrária, organizados no MST, no Estado do Paraná. Os resultados obtidos na pesquisa são apresentados em três eixos temáticos: movimentos sociais do campo, com ênfase no MST, educação do campo e práticas pedagógicas.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2000.

Analisa a natureza do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), suas principais características e seu possível caráter de originalidade a partir das experiências socioeducativas dos assentados que passaram por um processo de luta e de conquista da terra. A pesquisa de doutorado que originou o livro foi desenvolvida em três assentamentos de Santa Catarina e abordou a problemática teórica da consciência de classe e das classes sociais, a fim de compreender a presença e as ações dos sem-terra no meio rural brasileiro.